JUSTIFICATIVA
PLO 16/11

O presente projeto de Emenda a Lei Orgânica tem por objetivo, alinhar o artigo 88 da LOM, com a realidade paulistana, em que sua Guarda Civil Metropolitana já atua na proteção da população da Cidade, bem como na fiscalização de posturas municipais, como é o caso do combate a pirataria e ao comércio irregular ambulante. Ao mesmo tempo abre a possibilidade de termos o uso desta instituição, de forma complementar, aos órgãos de trânsito, na árdua e hercúla tarefa de fiscalização do já caótico trânsito da cidade, e busca ainda a devida regulamentação do serviço de Guarda Ambiental, a qual já atua de forma exemplar, nas áreas de preservação da nossa urbe.

Também tem o condão de proporcionar a aposentadoria especial para os Guardas Civis Metropolitanos da cidade de São Paulo, pois, de forma já comprovada atuam de maneira similar a Polícia Militar do Estado de São Paulo, sendo merecedores do mesmo tratamento quanto a sua justa aposentadoria de forma especial.

Entretanto para fundamentar o presente processo legislativo, devemos esmiuçar a matéria para que não haja dúvidas quanto à fundamentação técnica, jurídica e social, da proposta de ELOM, pois vejamos os alegados abaixo:

1.1 - Da comprovação da atividade de proteção a População Paulistana, por parte da GCM, tendo como prova acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Temos por líquido e certo a obrigatoriedade do atendimento por parte do GCM, na atividade de proteção a população da cidade de São Paulo, que se traduz, no atendimento de significativo número de ocorrências de cunho policial. Para tanto consignamos trechos de alguns Acórdãos da área criminal do TJ-SP, que solidificam esta posição:

ACÓRDÃO 02083466

Assim que a ré passou pela porta o alarme disparou, momento em que foi ao seu encalço. Acionou os guardas municipais que efetuaram a prisão em flagrante e em revista pessoal, localizaram as roupas no interior da bolsa da recorrente (fls. 7 e 89)

Assim, caso o guarda civil metropolitano não tivesse o poder de efetuar a prisão por sua autoridade, estaria legitimado afazê-lo como qualquer um do povo, inexistindo qualquer ilegalidade na prisão efetuada pela guarda municipal, não se olvidando que esta é agente público e tem o dever de agir em defesa da coletividade.

ACÓRDÃO 208396

Também o guarda civil Francisco Barbosa da Silva, em juízo, confirmou que o réu passou correndo com a bolsa, sendo seguido por populares. Em cerca de três minutos conseguiu abordá-lo, mas ele já havia dispensado a bolsa, que foi recolhida por populares e devolvida à vítima. A vítima estava de olho roxo, nervosa e chorando, tendo narrado o roubo ocorrido. Também reconheceu o acusado como sendo o autor do roubo. (fls. 85).

ACÓRDÃO 02084001

Posteriormente, Avani e seu esposo saíram pelas proximidades à procura do réu, e, após algum tempo, o encontraram encostado numa parede, abordando-o. Resolveu chamar a guarda civil metropolitana, que o prendeu em flagrante. Reconheceu o acusado nas duas fases da persecução penal (fls. 75).

ACORDÃO 02083959

O ofendido, ouvido a fis. 145, declarou que caminhava pela rua Libero Badaró, quando teve seu celular furtado. Um guarda municipal correu atrás do agente e o deteve. O aparelho celular foi jogado ao chão. Não perdera o rapaz de vista e não teve dúvidas em apontá-lo como o autor da tentativa de furto.

ACORDÃO 01983727

Conforme a imputação feita na denúncia, resumidamente, por volta das 9h00min de 15/08/07, na Estrada Guarapiranga nº 586, Jardim Alfredo, nesta Capital, o réu apelado Marcelo das Neves portava um revólver calibre 38, com numeração suprimida, municiado com quatro cartuchos íntegros, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Guardas civis metropolitanos, em policiamento ambiental no Parque Guarapiranga, avistaram um indivíduo e o réu, tendo este dispensado a referida arma de fogo no chão e tentado cobri-la com um boné (fls 1d/2d).

ACÓRDÃO 01988357

Pesa, ainda, contra o recorrente o relato de Ricardo Rodrigo Luiz Macedo, guarda civil metropolitano, o qual logrou deter o apelante na posse de parte dos bens subtraídos, tendo presenciado o reconhecimento feito pela ofendida (fls 215 a 218 e auto de exibição e apreensão de fl 10). E não há razão alguma para desmerecer o depoimento do policial, pois, como agente municipal, goza da presunção de legitimidade. Dessa forma, até prova cabal em contrário, no caso, não produzida, deve-se ter por certo que falou a verdade, quando ouvido em Juízo Nesse sentido aponta a jurisprudência (RJDTACRIM 18/90; STF - RTJ 68/64, etc).

ACÓRDÃO 01968168

A confissão de João Carlos encontrou respaldo na prova produzida no decorrer da instrução, pois a vítima tornou a reconhecê-lo como o indivíduo que “desceu do veículo armado com um revólver rendendo o depoente e uma outra funcionária e mediante ameaça exercida com arma de fogo o réu João Carlos subtraiu vários maços de cigarros, outros produtos de tabacaria, além de dinheiro e moeda” (fls. 95,). E o guarda civil metropolitano Marcelo Mateus de Jesus, autor da prisão, confirmou que ao tomar conhecimento do crime logrou avistar o Monza vermelho ocupado pelos réus, aos quais tratou de deter, alguns quarteirões adiante. Acrescentou que João Carlos procurou esconder o revólver sob o banco do veículo (fls. 96)

ACÓRDÃO 2011.0000053528

II Segundo a pretensão acusatória encaminhada pela pronúncia para julgamento pelo Júri, em torno de 15h de 14 de março de 2001, na rua Nélio Batista Guimarães, nesta capital, o recorrente rondava armado na escola municipal onde estudava a respectiva namorada, com intuito de protegê-la de aluna que a teria ameaçado, e tentou matar com disparos de arma de fogo o guarda municipal Sidney Araújo Junior, que lhe deu voz de prisão.

ACÓRDÃO 2011.0000037096

O guarda civil metropolitano Diógenes Vandely contou que estava de plantão em ronda pela capital, era madrugada (duas da manhã) e que um freqüentador do Parque do Ibirapuera (o portão de nº 03 fica aberto durante a madrugada para encontros amorosos entre homossexuais) avisou que um homem estava armado próximo à entrada do parque realizando assaltos. Resolveu averiguar a delação e com o auxílio de outros guardas municipais, montaram cerco para aproximação do réu que, ao avistar viaturas, tentou, sem êxito, fugir. Na fuga, o acusado sacou a arma de fogo que trazia nas vestes, vindo a ser alvejado pelos agentes públicos em legítima defesa na altura da perna. Apurou-se, destarte, que se tratava de revólver calibre 38, municiado, e de numeração suprimida.

Por fim, contou que mesmo alvejado e estirado no solo, o apelante ainda ofertou resistência à ordem legal de prisão (fls. 82).

Klécio dos Santos, também guarda municipal, traz a mesma narrativa (fls. 84,), asseverando que o disparo na perna esquerda do réu veio a ser desfechado pelo Guarda Municipal Jisvaldo Alves Guimarães, ouvido apenas na fase inquisitorial (fls. 03).

A época, este agente público contou que o disparo de autodefesa era necessário porque o réu, enquanto corria, sacou uma arma de fogo e a apontou para os guardas municipais, não lhe restando alternativa outra que não executar o tiro não letal para salvaguarda da integridade física dele e dos demais agentes públicos que atuaram na diligência. Por fim, declarou que o apelante, mesmo baleado, tentou se debater e resistir à prisão em flagrante.

Nesse contexto, a expiação é lúdica.

Definitivamente, por não serem encarnação do mal, rótulo lançado por pessoas que os criticam de maneira simplista, sem um mínimo de consciência social, agentes públicos não estão impedidos de depor, uma vez que não pode ser considerado como testemunha in idônea ou suspeita simplesmente pela condição funcional.

Quanto à validade da palavra de policiais, vale conferir a doutrina ('FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO, Código de Processo Penal comentado, 3º ed., Saraiva, 1998, I. p. 402) e a jurisprudência (RT 715/439, 725/608, 726/666, 730/5 69, 732/633, 733/567, 742/615e 752/589) para que não se argua invalidade.

ACÓRDÃO 2010.0000008157

(...)

Confirmou que o motorista fez sinal de farol para uma viatura da guarda municipal e os dois indivíduos desceram do coletivo e tentaram fugir, mas o réu foi preso e o outro fugiu. Os guardas civis metropolitanos Humberto Paez de Moura e Carlos Alberto de Oliveira afirmaram que estavam em patrulhamento, trafegando em sentido oposto ao do coletivo, quando perceberam que o condutor deu várias vezes sinal de farol, dando a entender que algo de errado estava acontecendo. Foram verificar o que estava ocorrendo e ao se aproximarem do veículo, se depararam com dois indivíduos descendo do ônibus, sendo que um conseguiu se evadir e o réu foi abordado e tinha em seu poder um cartão de identificação de um funcionário da empresa de ônibus (fls. 144/145 e 146/147).

Temos ainda milhares de sentenças judiciais condenatórias de criminosos em primeira instância, que foram lavradas desde o ano de 1986, ou seja, o ano de criação da GCM. Tais sentenças consolidam a Guarda Civil Metropolitana como órgão de proteção à população da Cidade de São Paulo, tendo como resultado prático e objetivo as prisões dos criminosos por parte dos Guardas Civis Metropolitanos.

Portanto, não há de se questionar a Guarda Civil Metropolitana como legítimo órgão de proteção à população paulistana, pois, de fato, em seus mais de 25 (vinte cinco) anos de existência, dá prova do resultado positivo e objetivo do trabalho por ela desenvolvida, que se traduz em um expressivo número de malfetores presos em decorrência dos flagrantes atendidos por estes nobres profissionais.

1.2 - Da comprovação de órgão de proteção à população paulistana, tendo como prova matérias jornalísticas que noticiam a questão.

Reproduzimos alguns fatos noticiados na imprensa em geral, que dão conta dos embates e confrontos ocorridos com a GCM e a marginalidade no geral, que consolidam a atividade da GCM como órgão de proteção da população, tendo como resultado ferimentos e mortes dos Guardas Civis Metropolitanos. Vejamos:

GCM liberta refém e prende ladrão de carga em SP:

25 de Fevereiro de 2003 - 11:34

Fonte: Portal do Estadão.

<http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2003/not20030225p5553.htm>

A Guarda Civil Metropolitana impediu o roubo de uma carreta que transportava bobinas de aço avaliadas em R\$ 18 mil e libertou o motorista que era frito refém, esta manhã. Segundo o guarda civil Vernize, que participou da ação, a quadrilha foi descoberta quando um dos integrantes da quadrilha, Moacir Lembo, de 37 anos, dirigia a carreta

pela avenida Marechal Tito, na região de São Miguel Paulista, zona Leste de São Paulo. Logo atrás, outros dois assaltantes seguiam de carro levando o motorista como refém. Testemunhas perceberam que Lembo não sabia dirigir a carreta e chamaram a guarda civil. Cercado, o bandido tentou fugir, mas foi detido. Os demais integrantes escaparam com o refém. Lembo informou o número do telefone celular do líder da quadrilha e a guarda civil negociou a libertação da vítima, que foi solta no município de Poá, na Grande São Paulo. O caso está sendo registrado no 22º Distrito Policial de São Miguel Paulista.

Ataques à polícia deixam 2 guardas baleados em SP:

02 de Dezembro de 2003 - 13h15

Fonte: Portal Terra.

<http://www.onorte.com.br/noticias/?22325>

Duas bases e três viaturas da Guarda Civil Metropolitana foram alvo de ataques, na noite de ontem, nas cidades de São Paulo e Santo André. Dois policiais foram baleados nos ataques. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a base da Guarda Civil no bairro de Capela do Socorro, zona sul de São Paulo, foi alvejada por bandidos em uma moto. Um guarda de plantão foi ferido na perna, mas não corre risco de perder a vida. (...) Para o Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (DEIC), os ataques à Guarda devem-se ao fato de que a corporação Metropolitana é o grupo mais vulnerável da hierarquia policial. Na visão do DEIC, desde que as bases da polícia militar passaram a adotar medidas extras de segurança, as Guardas Metropolitana e Municipais ficaram mais expostas.

Ataques a policiais deixam 30 mortos em SP:

13 de Maio de 2006 - 14h07.

Fonte: Terra Portai.

(Fonte: http://noticias.terra.com.br/brasil/internal0,,OI1002993-E15_03_0,00.html)

Até agora 30 pessoas foram mortas, entre elas 16 policiais, em 55 ataques a bases comunitárias da Polícia Militar e delegacias da Grande São Paulo desde a noite de sexta-feira, de acordo com o secretário estadual de Segurança Pública, Saulo de Castro A Breu Filho. A facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) é a principal suspeita dos ataques. Em todo o Estado de São Paulo, também há rebeliões em 21 presídios.

Segundo o balanço divulgado às 13h desta sexta-feira, entre os mortos estão 11 policiais militares, cinco policiais civis, três guardas municipais (de cidades do interior), quatro agentes penitenciários, e dois cidadãos - uma pessoa não identificada e a namorada de um policial. Segundo informações da Secretaria de Segurança, pelo menos cinco bandidos foram mortos. Cinco pessoas ficaram feridas. No total, foram atacadas 28 bases da Polícia Militar, 20 da Polícia Civil, quatro da Guarda Municipal, além de três ataques a órgãos da administração penitenciária. Oito líderes do FCC, considerados responsáveis pela onda de violência, foram transferidos para unidades prisionais no interior do Estado de São Paulo.... Em Jandira, na Grande São Paulo, dois guardas foram mortos após serem atacados durante a patrulha, por volta das 22h30 de sexta. Também foram registrados ataques a carros da Guarda Civil Metropolitana em Barueri, Cotia e Itapevi.

Onda de ataques deixa pelo menos 72 mortos em São Paulo:

15 de maio de 2006

Fonte: Folha on line

SAO PAULO - São Paulo enfrentou mais uma madrugada de ações criminosas. Já são cerca de 120 ataques com aproximadamente 72 mortos. O balanço da Secretaria de Segurança Pública (SSP.) divulgado na noite deste domingo aponta entre os mortos 20 policiais militares, 5 policiais civis, três guardas civis metropolitanos, oito agentes penitenciários, 2 cidadãos comuns e 17 suspeitos. Além disso, 39 pessoas ficaram feridas.

(...)

No Parque Arariba, região do Campo Limpo, Zona Sul, uma base da Guarda Civil Metropolitana foi metralhada às 19h40. A base, que estava em estado de alerta, tinha sete guardas de plantão. Um deles, Valdemar Lopes Ferreira, 50 anos, estava fora da guarita e foi atingido na mão direita. O tiro varou a palma de Valdemar, que permanece internado no hospital municipal do bairro e deve perder os movimentos do dedo indicador. De acordo com a Guarda Civil Metropolitana, o atentado foi praticado por pelo menos quatro homens que passaram em duas motos. Os criminosos dispararam cerca de 20 vezes e, além da base, atingiram também uma viatura.

Guarda morre durante tiroteio em frente a uma escola em São Paulo:

14 de junho de 2006

Fonte: O globo.

Uma guarda civil foi morta a tiros por volta das 19h de segunda-feira quando patrulhava em uma escola municipal localizada na rua Ailton Negrão Fazzio, em Aricanduva (zona leste de São Paulo). Três acusados foram presos. Segundo a GCM (Guarda Civil Metropolitana), um grupo de homens aproximou-se do local em que a vítima e um colega estavam e atirou contra eles. Os guardas revidaram. A vítima, identificada como Daniele Monteiro, 29, foi levada para o pronto-socorro do Hospital Municipal Jardim Iva, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. Ao mesmo tempo, um homem que estava baleado também chegou à unidade, acompanhado do irmão. Ambos foram presos.

Guarda civil é baleado em tentativa de assalto:

25 de julho de 2006 - 20h28

FONTE: Folha Online.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u124353.shtml>

Um guarda civil metropolitano (GCM) de São Paulo foi baleado na manhã desta terça-feira na zona leste de São Paulo. O guarda teria sido vítima de uma tentativa de assalto. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública, o guarda e sua namorada foram abordados ao chegarem na casa dela. O criminoso exigiu que ele entregasse o carro em que os dois estavam. Ao sair do carro, a mulher teria começado a gritar e o guarda reagido. Ele foi atingido no peito e na virilha e levado ao hospital Tide Setúbal. Na madrugada de segunda-feira, um carro da GCM foi atacado, na zona sul de São Paulo, mas ninguém ficou ferido.

Viva o Centro solidariza-se com GCM:

05 de Dezembro de 2006

Fonte: Viva o Centro.

http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/O51206_b_infonline.htm

A Associação Viva o Centro, por intermédio de seu superintendente, Marco Antonio Ramos de Almeida, enviou nota de pêsames e solidariedade ao cel. PM Rubens Casado, comandante da Guarda civil Metropolitana, e ao cel. PM Alberto Rodrigues, coordenador de Segurança Urbana do município, pela morte violenta do guarda civil metropolitano Fernando Gomes da Silva, baleado no auge da juventude em cumprimento do dever, sexta-feira, no Centro de São Paulo. Oito das Ações Locais coordenadas pela Associação fizeram, já no dia seguinte, um minuto de silêncio em sua memória durante homenagem a homens públicos cuja atuação tem sido exemplar no Centro. A Viva o Centro noticiou o fato solidarizando-se com a Corporação, na segunda-feira (4/12) no informe On Line, em seu site www.vivaocentro.org.br "A segurança na área central da cidade, como a Viva o Centro não se cansa de enfatizar, melhorou muito nos últimos anos, por isso, como todos na cidade, lamenta o chocante episódio do tiroteio que vitimou o guarda Gomes da Silva", diz a nota enviada.

GCM enfrentou ladrões em banco e diz que reagiu porque seria morto:

2 de março de 2007

Fonte: Metrópole, por Marcelo Godoy

A polícia descobriu a identidade e ouviu o depoimento do homem que se envolveu no tiroteio com o bando que invadiu, anteontem, a agência do Itaú da Avenida Ibirapuera. Trata-se de um guarda civil metropolitano (GCM). Ele contou ao delegado responsável pelas investigações, Rui Ferraz Fontes, que agiu em legítima defesa. O homem negou que estivesse trabalhando como segurança, apesar do terno e gravata pretos que usava ao entrar na agência. Quatro vítimas e dois ladrões ficaram baleados. Segundo o delegado, o guarda contou que havia ido ao banco para usar o caixa eletrônico. Ao entrar, viu que os caixas não estavam funcionando. Ao se voltar para sair, deu de cara com um dos ladrões, que lhe disse: "Entra, que as mó quinas lá dentro estão funcionando." o se virar, o bandido o agarrou e passou a revistá-lo. Ele achou a arma do guarda, que se desvencilhou, correu e sacou. Começou então o tiroteio. "Não se deve colocar a vida das pessoas em risco, mas isso não significa que, se a sua vida estiver em risco, você não possa se defender", afirmou Fontes, da Delegacia de Roubo a Banco. O depoimento do guarda foi confirmado pelo assaltante preso: Wellington Delan Ferreira Oliveira, de 30 anos. Ele foi preso num hospital. Oliveira foi o ladrão que tentou dominar o guarda na agência. O bandido, que saíra da prisão em 2005, onde esteve preso por roubo, acabou atingido por nove tiros disparados pelo guarda - este atirou dez vezes. A polícia vai apurar se o guarda fazia bico como segurança e se seguranças de um bingo em frente ao banco usaram suas armas.

Roubo a ônibus deixa um assaltante baleado e outro linchado:

05 de setembro de 2007- 04h58

FONTE. Estadão Online - Andressa Zanandrea, do Jornal da Tarde

http://www.estadao.com.br/gera1/not_ger46723,0.htm

SÃO PAULO - Dois homens tentaram assaltar um ônibus na Vila Curuçá, na zona leste de São Paulo, na noite de terça-feira, 4, mas não contavam com a presença de um guarda civil metropolitano, que estava à paisana. Um deles foi baleado pelo guarda e o outro acabou linchado por passageiros. Por volta das 22h30, o guarda civil, de 46 anos, que pediu para não ser identificado, voltava para casa depois de um dia de trabalho. Ele foi até um ponto de ônibus na Avenida Nordeste, em Lajeado, também na zona leste, para esperar um ônibus para ir para casa. Lá, estavam outros dois homens, que entraram no mesmo carro que o guarda: um ônibus da linha 263C-10 (Jardim Helena - Cohab 2). "Na hora, já desconfiei", disse. Os três ficaram na parte da frente do ônibus. Quando o veículo estava na Avenida João Batista Santiago, próximo à Praça Mãe Preta, na Vila Curuçá, um dos assaltantes passou por baixo da catraca e ficou do lado de trás. O outro ficou na frente, com uma mochila, ao lado do guarda e do outro passageiro. "De repente, o criminoso que estava na frente sacou a arma, apontou para o cobrador e pediu o dinheiro, e depois pediu os pertences do passageiro e ficou com a arma apontada para ele. Virou para o lado e disse para eu também virar", contou o guarda, que estava com uma arma em punho, atrás de uma bolsa. O assaltante que estava na parte de trás do ônibus foi até o cobrador e pegou o dinheiro das passagens. Quando ele ia começar a roubar os passageiros, o guarda agiu: anunciou que era policial e atirou contra o peito do criminoso, que foi internado em estado grave no pronto-socorro Júlio Tupi. "Essa foi a primeira vez que isso aconteceu", contou o guarda, que trabalha na corporação há 15 anos. Logo depois, ele apontou a arma para o outro assaltante, que tentou, sem sucesso, fugir pela porta de trás.

Três guardas são baleados durante tentativa de roubo a banco na zona leste de SP:

12 de março de 2009

Fonte: Agencia Folha.- RACHEL AÑÓN

<http://www1.folha.uol.com.br/folha>

Três agentes da GCM (Guarda Civil Metropolitana) foram baleados --um deles na cabeça-- durante uma tentativa de assalto a uma agência do banco Itaú na Avenida Sapopemba, zona leste de São Paulo, na madrugada desta quinta-feira. De acordo

com informações da GCM, o caso ocorreu às 2h40 numa agência bancária próxima à Praça Torquato Plaza, no Jardim Grimaldi. Um motorista viu a ação criminosa e avisou os agentes de uma base comunitária da GCM que fica próxima ao local. Os agentes tentaram impedir, mas a quadrilha revidou e atirou contra viatura, atingindo os guardas. Foram efetuados mais de dez disparos. Os três GCMs foram levados para o pronto-socorro do Jardim Iva. Um deles foi atingido na cabeça e corre risco de morte. Os outros sofreram ferimentos nas pernas e no braço e foram medicados. Os criminosos fugiram, mas deixaram um carro no local. Ninguém foi preso.

Motorista de caminhão é seqüestrado na zona leste de SP:

10 de novembro de 2010

Fonte: Portal R7.

Um motorista de caminhão sofreu um seqüestro relâmpago quando entrava em casa na Vila Alpina, zona leste de São Paulo, na madrugada desta quarta-feira (10). Ele foi libertado pela GCM (Guarda Civil Metropolitana), um ladrão foi preso e outros quatro conseguiram fugir.

Após descarregar um lote de mangas no Mercado Municipal, vindo da cidade de Jaguariúna, cidade a 123 km de São Paulo, o caminhoneiro ia entrar em casa. Nesse momento, foi surpreendido por cinco bandidos, que estavam em dois carros. Ele foi colocado em um dos veículos e um dos suspeitos pegou a direção do caminhão.

O filho da vítima, que testemunhou a ação, saiu atrás dos dois carros e do caminhão. No caminho, ele encontrou uma viatura da GCM e comunicou a ocorrência. Os guardas localizaram o caminhão no cruzamento das avenidas Luiz Ignácio de Anhaia Meio e Salim Farah Maluf e prenderam o suspeito que dirigia.

Os outros quatro fugiram levando R\$ 500 da vítima e abandonaram o caminhoneiro na rua Baltar, na Vila Gaúfórnia, quase divisa com São Caetano do Sul, no ABC paulista. O caso foi registrado no 56º DF (Distrito Policial.) da Vila Alpina.

As notícias publicadas ilustram apenas alguns dos casos que consideramos de maior gravidade, para solidificarmos o entendimento de que a Guarda Civil Metropolitana é órgão de proteção da População da Cidade de São Paulo, inclusive com alto risco de vida dos seus integrantes no exercício desta atividade.

1.3 - Do reconhecimento da municipalidade do risco da profissão, mediante legislação específica.

A legislação existente no município de São Paulo também reforça o entendimento da atividade policial e de risco desenvolvida pelo GCM. Outrossim, verificamos que a própria Administração Pública Municipal, reconhece esta propositura pelo teor das Leis que tratam a instituição GCM e seus integrantes. A saber:

1.3.1 - LEI Nº13.661, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003, que institui o pagamento de seguro de vida ao Profissional da Guarda Civil Metropolitana

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, mediante prévia licitação, seguro de vida e por invalidez permanente, total ou parcial, em grupo, para os integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana - QPG, com valor indenizatório limitado a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), cabendo à Prefeitura o pagamento do respectivo prêmio.

Art. 2º - O pagamento do seguro será devido ao integrante da Guarda Civil Metropolitana ou a seus beneficiários apenas e tão-só quando o sinistro ocorrer em serviço, assim constatado pelos respectivos registros, bem como durante o trajeto residência-trabalho e vice-versa.

Art. 3º O integrante da Guarda Civil Metropolitana ou seus beneficiários também farão jus, excepcionalmente, ao recebimento do seguro, se o sinistro ocorrer fora do horário de serviço, ao participar de atos vinculados à sua atividade profissional.

1.3.2 - LEI Nº 13.306, 23 DE JANEIRO DE 2002 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete anti-balístico ao efetivo da Guarda Civil Metropolitana do Município de São Paulo.

Art. 1º - Torna-se obrigatório o uso de colete anti-balístico ao efetivo da Guarda Civil Metropolitana do Município de São Paulo.

§ 1º - A obrigatoriedade de que trata o "caput" deste artigo refere-se aos integrantes da Guarda Civil Metropolitana que atuam na ronda e no patrulhamento ostensivo no Município de São Paulo.

1.4 - Da similaridade do trabalho com o policial militar, reconhecida por juízes e promotores.

No Judiciário paulistano existe o entendimento já pacificado de que o Guarda Civil Metropolitano exerce função similar a do Policial Militar como podemos verificar nas decisões abaixo transcritas:

a) Processo nº 050.04.081810-1/controle 1.318/04, da 14º. Vara Criminal Central da Comarca de São Paulo, em que a M.M.a Juíza de Direito Dra. Cláudia Barricheilo, decidiu:

"Os agentes policiais, civis ou militares, são os responsáveis pelo exercício de atividade de segurança pública e necessitam dos meios necessários para a consecução de suas atividades, motivo pelo qual está sujeito a eventuais represálias ou vinganças por atos praticados no exercício de suas funções."

"Cumpra salientar que o guarda civil metropolitano exerce funções semelhantes as do policial militar em grandes cidades como o município de São Paulo, sendo imprescindível que ande armado para defender os municípios e a si próprio..."

b) Processo-crime nº 050.04.065947-0/controle 1.159/04, da 30º. Vara Criminal Central da Comarca de São Paulo, em que o M.M. Juiz de Direito Dr. Adilson de Araújo, declara em sua sentença:

"Na prática, o guarda civil metropolitano da cidade de São Paulo desempenha função análoga à dos policiais Militares, especialmente na periferia da cidade..."

c) Processo-crime nº 050.04.025797-5, da 7º. Vara Criminal Central da Capital, o Excelentíssimo 61º. Promotor de Justiça da Capital, Doutor Mauricio Uemura Shintati, escreve:

"MM Juiz..."

"Contudo, é bem de ver que os guardas civis metropolitanos, na prática, desempenham funções semelhantes às exercidas pelos policiais militares, principalmente nas periferias, razão pela qual ficam sujeitos a serem vítimas de ameaças e até represálias por parte das pessoas que eles prendem e, muitas vezes, por familiares dos mesmos..."

d) Processo-crime nº 050.05.003739-0/controle 126/05, da 4º. Vara Criminal da Capital de São Paulo, o MM. Juiz de Direito Dr. Carlos Correa de Almeida Oliveira, decidiu:

"Apresenta-se oportuno mencionar que os guardas civis metropolitanos, na prática, desempenham funções semelhantes às exercidas pelos policiais militares, principalmente nas periferias, razão pela qual acabam sendo vítimas de ameaças e até de represálias por parte das pessoas que eles prendem e muitas vezes por familiares insatisfeitos..."

Portanto, a atividade de risco e a função policial são similares, pois, os dois segmentos lidam diariamente com atos criminosos e ações de conflito, dentro de suas competências específicas.

1.5 - Do reconhecimento da municipalidade das atividades exercidas sob condições especiais que prejudicam a saúde.

A municipalidade reconhece que a função policial do GCM além de ser uma "atividade de risco", possui condições especiais que prejudicam a saúde, pois concede gratificação específica que tem como princípio em seu texto legal o percebimento por trabalho perigoso, insalubre ou penoso.

Pela Lei de reestruturação da Carreira, 13.768/04, a qual manteve o Regime Especial de Trabalho Policial - RETP, regime este instituído pela Lei 10.272 de 06 de Abril de

1987 e inseriu em seu texto os referidos adicionais de INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E PENOSIDADE.

1.6 - DO ENTENDIMENTO DA OAB FEDERAL, RECONHECENDO o GCM DE SP, COMO FUNCIONÁRIO POLICIAL.

Temos o parecer decisivo de mais um importante Órgão Técnico, que é a OAB Federal, que indeferiu o pedido de inscrição na OAB de integrante da Guarda Civil da cidade de São Paulo, por considerá-lo funcionário policial:

Decisão da OAB Federal sobre as Guardas Municipais

(...)

O exercício da advocacia é "incompatível com os ocupantes de cargos ou funções vinculadas direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza". O Guarda Civil Metropolitano tem status de polícia! e desempenha atividade típica, podendo "executar policiamento ostensivo, preventivo, uniformizado e armado e mais, execução de atividades de orientação, fiscalização e controle de tráfego e trânsito municipais "(fls8).

Fonte: Processo de inscrição definitiva como Advogado de Carlos Alexandre Braga.

1.7 - DO RECONHECIMENTO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO DO GCM COMO FUNCIONÁRIO POLICIAL

No ano de 2008, tivemos o reconhecimento da Profissão de Guarda Civil Municipal pelo Ministério do Trabalho, com a sua inclusão no Código Brasileiro de Ocupações - CBO, sendo o código 5172-15, da família 5172 de funções policiais.

Esta regulamentação traz em sua descrição, diversas atividades que comprovam a função policial do GCM, inserindo esta profissão na FAMÍLIA 5172, funções policiais. Esta consolidação da função policial também está de forma implícita contida na tabela de atividades do CBO, pois vejamos:

5172-15 - Guarda-civil municipal - Guarda-civil metropolitano

Atividades descritas no CBO para o GCM:

Efetuar Prisões em Flagrante;

Prevenir Uso de Entorpecentes;

Realizar Operações de combate ao Crime Em Geral;

Transportar Vítimas de Acidentes;

Prestar Segurança na Realização de Eventos Públicos;

Escortar autoridades;

Promover Segurança nas Escolas e irrediações;

Fazer Rondas Ostensivas em Áreas Determinadas;

Deter Infratores para a Autoridade Competente;

Abordar Pessoas com fundadas suspeitas.

1.8 -DA COMPROVAÇÃO DA FUNÇÃO POLICIAL DO GCM ATRAVÉS DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO.

Observa-se que as exigências contidas, para os Guardas Civis Municipais, encontradas na Lei 10.826/03 (estatuto do desarmamento) são bem maiores que as dos órgãos policiais e das empresas de segurança, fato este que valida a função policial do Guarda Civil Municipal, conforme iremos expor:

A) O § 3º, do artigo 6º da Lei 10.826/03, condiciona o porte de arma a formação funcional dos integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, ou seja, coloca os Guardas Civis na condição de funcionário policial, pois, caso não o fosse, não seria necessário à formação específica como exige a Lei, bem como vincula a existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, ainda observa que a concessão do porte se dará sobre a supervisão do Ministério de Justiça, fortalecendo assim o risco de vida do GCM, isso no desenvolvimento de sua atividade policial.

B) O artigo 42 do Decreto no 5.123/04, determina que o Guarda Civil Municipal tenha treinamento técnico para manuseio do armamento, bem como Curso de Formação, e,

por fim estágio, de qualificação anual. Todas estas exigências reforçam a comprovação da função de risco que é exercida pelo Guarda Civil.

C) O artigo 43 do Decreto nº 5.123/04, traz a obrigatoriedade de realização do teste de capacidade psicológica a cada dois anos e quando da existência de evento de disparo de arma em via pública. Mais uma vez está presente a preocupação do legislador em tratar o Guarda Civil Municipal com base e característica policial.

D) O Decreto nº 5.123/04 ainda traz, em seu artigo 44, a exigência da criação dos órgãos de Corregedoria e de Ouvidoria para as Guardas Municipais, fato que, somente reforça a função policial, pois, estes organismos de controle somente são implantados nos órgãos policiais.

1.9 - DO RECONHECIMENTO DOS GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS COMO FUNCIONÁRIOS POLICIAIS, POR DECISÃO MONOCRÁTICA DO EX-PRESIDENTE DO TJ/SP

O então Ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Roberto Vallim Bellocchi, quando da greve decretada em 25 de Agosto de 2009, pelo Sindicato dos Guardas Civis da Cidade de São Paulo, na busca de reposição salarial, proferiu sentença liminar determinando o retomo imediato dos Guardas Civis Municipais a atividade, conforme podemos verificar no despacho:

Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Gabinete do Presidente

Natureza: Dissídio Coletivo de Greve

Processo nº 183.372.0/3

Requerente: Municipalidade de São Paulo

A Municipalidade de São Paulo ingressou com dissídio coletivo de greve, com pedido liminar, em face do Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos da cidade de São Paulo e da Associação Paulista dos Integrantes e Funcionários das Guardas Municipais, alegando, em síntese, o seguinte:

a) em 25 de agosto de 2009, os Guardas Civis Metropolitanos do Município de São Paulo paralisaram suas atividades, com base em decisão tomada em Assembléia do Sindicato;

b,) a paralisação é ilegal, causando transtornos à população de São Paulo, levando-se em conta o risco à segurança pública, pela própria natureza das funções dos grevistas. Nesse prisma, merece particular consideração a decisão proferida pelo Pleno do C. STF (Reclamação nº 6568-SP), referente à greve dos policiais civis do Estado de São Paulo, onde se destaca o voto do relator, acompanhado por unanimidade, no sentido de ser vedado o direito de greve a servidores públicos, mormente quando se trata de "grupos armados".

Ora, identicamente, os guardas civis metropolitanos zelam pela segurança do patrimônio do Município e portam arma de fogo, além de auxiliar na segurança pública de um modo geral.

(...)

São Paulo, 28 de Agosto de 2009.

ROBERTO VALLIM BELLOCCHI - Presidente do Tribunal de Justiça

Fonte: www.tj.sp.gov.br

Nesta decisão, o Nobre e Ilustríssimo Ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, determina o fim da Greve dos G.C.M.'s, isto com base na função policial que os mesmos exercem, comparando-os, com fundamentos idênticos, aos Policiais Civis quando realizaram greve.

Portanto, o Alto Magistrado, em sua sentença liminar, ratifica a função policial que o GCM possui, pois, para fins de Greve, a torna ilegal devido ao fato de considerar ser o GCM um funcionário Policial.

1.10 - DA COMPROVAÇÃO DA GCM COMO ÓRGÃO DE PROTEÇÃO PÚBLICA, PELA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 144, § 8º DA CF

A Guarda Municipal tem a sua função constitucional inserida no parágrafo 8º, artigo 144, da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública.

O referido artigo em seu "caput" define que a Segurança Pública é dever do Estado (Federação, Estados e Municípios), direito e responsabilidade de todos, (inclui no sistema a responsabilidade da sociedade como um todo no tema), e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

CF

Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos.

1- polícia federal;

(...)

§ 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Observamos que o motivo da Guarda Municipal, não estar inclusa nos incisos do Artigo 144 é de fato correlato a simples análise da hermenêutica jurídica, que, no caso em questão, é de tão óbvia, que passa despercebida pelos nossos Nobres Operadores do Direito.

Somente não está inclusa nos incisos do artigo 144, pois, caso estivesse, a Guarda Municipal, seria órgão OBRIGATÓRIO em todos os municípios do Brasil.

A Guarda Municipal, apesar de não estar presente nos incisos que definem os órgãos de Segurança Pública, está presente no § 8º, que integra o caput do artigo, o que também a torna órgão de segurança pública.

A análise interpretativa do artigo revela que este órgão, Guarda Municipal, é de segurança pública, a diferença é que não é órgão obrigatório do sistema, e sim poderá ser criada pelo Município, dependendo conveniência e oportunidade do ente municipal, todavia, depois de criada, integra ao sistema de Segurança Pública, sendo então um órgão policial.

Caso assim não fosse à vontade do legislador constituinte, se fosse apenas para que a Guarda Municipal exercesse atividade de segurança patrimonial do município, a sua regulamentação deveria estar no Título III, da Organização do Estado, no Capítulo IV, que reza sobre os Municípios e não como fora posta, inclusa no artigo 144, do Capítulo III, do Título da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

Em análise do § 8º, devemos lembrar a definição jurídica de bens públicos que é extremamente ampla e está contida no Código Civil, Lei 10.406/02, em especial no artigo 98, que o define, e no artigo 99, que os classifica em três tipos, quais sejam: os de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais. A saber:

A) Bens de uso comum municipal que são aqueles destinados ao uso indistinto de toda a população, excetuando-se os que pertencem aos estados e a federação, Ex: rios que nascem no município, ruas e estradas municipais, praças, parques municipais. (art. 99, I do CC).

B) Bens de uso especial no município os de uso fático (prédio, mobiliário e atividade de pessoas) e possuem finalidade específica tais como Escolas, Hospitais, Bibliotecas, Teatros, Museus, Cemitérios e Repartições Públicas em geral.

C) Bens dominicais são os que não estão destinados a nenhuma finalidade comum ou especial, constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada urna dessas entidades, tais como terrenos, edifícios abandonados ou inacabados, maquinário que pertençam ao município.

Observamos ainda que, o caput do artigo 144, tem como objeto principal as pessoas, as quais são as beneficiárias dos bens públicos, aplicando-se este princípio a todos os seus incisos e parágrafos. Assim, conclui-se que acima dos Bens estão as Pessoas, sendo este o princípio basilar da nossa CF.

Continuando a análise do § 8º, temos ainda que lembrar o conceito do termo “serviços”, que são todas e quaisquer atividades da Prefeitura Municipal, com o objetivo de realizar as competências constitucionais do Município, tanto na atividade final, como na administração interna do órgão, conforme podemos verificar no artigo 30, da CF, que traz as competências dos entes municipais.

Lembremos então, dos conceitos de serviços, ensinados por nobres e conceituados doutrinadores, conforme segue:

Hely Lopes Meirelles entende que: “serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado.” (Direito Administrativo Brasileiro, 24ª ed., atual. Eurico de Andrade Azevedo et alii, São Paulo, Malheiros Editores, 1999, p. 297)

José Cretella Júnior define serviço público como sendo: “toda atividade que o Estado exerce, direta ou indiretamente, para satisfação do interesse público, mediante procedimento de direito público”. (Curso de Direito Administrativo. 11ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1991, p. 409)

Por fim, a análise do artigo 144 e do seu § 8º. é contundente em ratificar a Guarda Civil Metropolitana como órgão policial, e portanto, seus integrantes possuem função policial sem sombra de dúvidas.

1.12 - DA COMPROVAÇÃO DA FUNÇÃO POLICIAL DA GCM PELA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO § 9º DO ARTIGO 144 DA CF.

Como comprovação da função policial do servidor da Guarda Civil Metropolitana, não poderíamos deixar de citar o § 9º, do artigo 144, da CF, incluso pela Emenda 19, que reza que os servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados no artigo 144 devem ser remunerados na forma de subsídio. Vejamos:

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 40, do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº19, de 1998).

Neste aspecto o texto constitucional concede a classificação do Guarda Civil Municipal como servidor policial, pois, o referido parágrafo 9º, aplica-se a “TODOS os órgãos relacionados no artigo”, o qual integra o parágrafo 8º, das Guardas Municipais. Portanto a função policial do Guarda Civil Municipal fica de forma irrefutável, ratificada pelo texto do parágrafo 9º, do artigo 144 da CF.

2 - DO TEMA APOSENTADORIA ESPECIAL PELO STF.

O histórico desta matéria, “aposentadoria especial”, que também, pretende ser alvo de ELOM, para os Guardas Cíveis Metropolitanos, já é de profundo conhecimento dos nossos Colendos. Nobres e Doutos Ministros do Supremo Tribunal Federal, isso por falta de regulamentação do artigo 40, parágrafo 4º, incisos II e III, da Constituição Federal.

Os quais têm decidido, de forma favorável sobre o tema, conforme suas sentenças prolatadas nos mais diversos autos de Mandado de Injunção impetrados por funcionários das três esferas de governo, quais sejam: Federal, Estadual e Municipal, por falta de regulamentação.

Vemos então que, na Corte Suprema do Brasil, já consta como pacificada a questão, que reza sobre a aposentadoria especial contida no artigo 40, parágrafo 4º, inciso II e III, da CF, isto pelo Acórdão do MI nº 721 e pelas outras dezenas de Acórdãos posteriores proferidos pelo STF.

3 - DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO CONTIDO NA LEI COMPLEMENTAR 51/85 RECEPCIONADA PELA CF.

É de suma importância lembrar que o artigo 1º, da Lei Complementar nº 51 de 1985, foi considerado recepcionado pela nova Constituição Federal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985

Art. 1º - O funcionário policial será aposentado:

I - voluntariamente, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial;

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos 65 anos (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados. Conforme entendimento do STF nos autos da ADIN nº 3817, a Douta Ministra Carmem Lucia nos ensina em seu voto:

“3. O art. 1º da Lei Complementar Federal n. 51/1985 que dispõe que o policial será aposentado voluntariamente, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte pelo menos 20 anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial foi recepcionado pela constituição da República de 1988.”

Corroborando neste sentido o Acórdão de nº 379/2009, do Tribunal de Contas da União, que trata da matéria específica, em que os Ministros do Colendo Tribunal de Contas firmam entendimento unânime que a Lei Complementar nº 51 fora recepcionada pela Constituição Federal de 1988 e pelas emendas Constitucionais nº 20, 41 e 47, conforme segue:

ACÓRDÃO Nº379/2009 - TCU- Plenário

...

9.1. firmar o entendimento no sentido de que a Lei Complementar 51, de 1985, foi recepcionada pela constituição Federal de 1988, e pelas Emendas Constitucionais nºs 20, de 1998, 41, de 2003, e 47, de 2005, continuando, por conseguinte, válida e eficaz, enquanto não for ab-rogada, derogada ou modificada por nova lei complementar federal, subsistindo, portanto, a regra de previsão de aposentadoria especial de que trata a referida lei complementar;

Com esta decisão, o TCU concedeu o direito à aposentadoria especial para todos os Policiais Rodoviários Federais, podendo então estes se aposentar na conformidade do artigo 1º, da Lei 51/85. Esta decisão que fora consolidada pelo TCU, in thesi, dá guarida para extensão do benefício a todos os funcionários com funções policiais que servem aos entes da federação.

4- DO EXEMPLO DADO PELA CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO - SÃO LUIZ.

O Estado do Nordeste, Maranhão, demonstra exemplo a ser seguido, pois JÁ CONCEDEU A APOSENTADORIA ESPECIAL, com a recente aprovação da Lei nº 5509, de 01 de Setembro de 2011, a qual ao dispor sobre a criação do plano de cargos, carreira e vencimentos dos Guardas Municipais de São Luís, tratou de conceder a APOSENTADORIA ESPECIAL, com idênticos parâmetros aos aqui pleiteados. Outrossim, vejamos trecho concessório deste benefício na Lei Municipal da Capital do Maranhão: Lei nº5509 de 01 de Setembro de 2011 - São Luiz do Maranhão.

Subseção II

Da Aposentadoria Especial

Art. 25. A aposentadoria dos guardas municipais será de caráter especial e obedecerá aos seguintes critérios:

I - homem - 30 anos de serviço, sendo 20 anos de serviço exclusivamente como guarda municipal,

II - mulher - 25 anos de serviço, sendo 15 anos de serviço exclusivamente como guarda municipal.

CONCLUSÃO

Finalmente apontamos a existência de justificativas legais, fatos, jurisprudência e legislação similar, que define a plena viabilidade do projeto, com o atendimento ao justo reconhecimento da instituição Guarda Civil Metropolitana, como uma das guardiãs da População Paulistana, bem como sua plena atuação no trânsito da Cidade como órgão auxiliar, e da mesma feita, na proteção do meio ambiente como instituição fiscalizadora, bem como a concessão do benefício contido no texto constitucional, ex vi no artigo 40, § 4º incisos, II e III, a ser concedido aos seus

integrantes, para alçar a justa aposentadoria especial, de forma similar aos Policiais Militares do nosso Estado Bandeirante.

Diante de todo o exposto, é de mister aprovar o presente PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. Por ser medida de Justiça!